



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 83 - 2ª QUINZENA DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35



ATENÇÃO TRABALHADOR:

O governo
medidas que atacarão
a previdência, os
serviços sociais,
favorecerão o capital
estrangeiro,
arrocharão o salário
e o reduzirão o emprego.

Nossa resposta deve ser a luta
nacional de massa para derrubar
o plano Real antinacional e
antipopular. Exijamos da CUT e
dos sindicatos a organização e
unificação da luta grevista.

Só a luta nas ruas pode quebrar o
congelamento dos salários,
barrar as demissões e privatizações
dos bancos e estatais e
defender a previdência,
a saúde, educação e moradia.

**Construamos a
FRENTE REVOLUCIONÁRIA
ANTIIMPERIALISTA**

Governo envia emendas ao Congresso

Responder à ofensiva antinacional e antipopular com a luta grevista!

Nacional

O governo enviou ao Congresso as primeiras medidas da Reforma Constitucional: abertura de concessões nas telecomunicações e no refino e transporte de gás e fim da diferença entre empresas nacionais e estrangeiras. São os primeiros passos da reforma constitucional, que ainda prevê a abertura de concessões para a área petrolífera, a abertura da navegação de cabotagem às empresas estrangeiras, reforma na previdência (fim da aposentadoria por tempo de serviço e privatização), enxugamento do estado (demissões no funcionalismo e cortes nos serviços sociais) e reforma fiscal.

A ofensiva do governo pretende responder à ameaça de falência prematura do Plano Real, anunciada com as crises do México e da Argentina. Seus objetivos são atrair investimentos estrangeiros ao país e dar condições ao Estado de continuar bancando as altas taxas de juros e de ganhos especulativos para o capital estrangeiro.

O governo cede às pressões do imperialismo e inicia uma ofensiva que aumentará a opressão sobre o país e sobre os assalariados, em benefício dos investidores estrangeiros e dos grandes grupos capitalistas nacionais.

O que está por trás da reforma constitucional

O primeiro e principal problema para o governo é como manter a estabilização econômica. Até agora, o valor do Real tem sido mantido artificialmente, através de pagamentos de juros altíssimos aos investidores estrangeiros, que despejam dólares no país em busca de ganhos astronômicos. O governo tem utilizado dinheiro das reservas cambiais para manter o parasitismo financeiro agigantado. Mas o volume dessas reservas tem caído e vai esgotando as margens de manobra do governo, porque além das despesas com o parasitismo, o país tem importado muito mais que exportado. O governo também não tem como sustentar esse mecanismo com recursos próprios, porque ainda tem déficit nas suas próprias contas. Por isso, FHC iniciou o governo sondando os partidos sobre as medidas a serem tomadas, destacando a necessidade de uma reforma fiscal.

O PFL, principal partido das oligarquias nordestinas e sustentáculo do governo, tem defendido o adiamento da reforma fiscal e chantageia desafiando o governo a abrir a economia e privatizar primeiro. As oligarquias defendem a manutenção da distribuição de verbas, porque dependem em grande parte do parasitismo do dinheiro público. As

fortunas que são desviadas de organismos como Sudene, Sudenor etc. e dos estados e municípios são conhecidas de todos. Cortar orçamento é cortar na carne das oligarquias que controlam o Congresso. A unificação e centralização de impostos nas mãos do governo federal também se choca com os interesses oligarcas. Por isso o Ministro da Fazenda Pedro Malan já anunciou que será muito difícil mexer nessas questões. A ofensiva do governo pró-imperialista se voltará para que os estados e municípios assumam então responsabilidades sobre a educação, saúde, moradia etc., enquanto a União ficaria livre dessas atribuições e poderia garantir o pagamento dos juros aos parasitas especuladores. Com estados e municípios já falidos nacionalmente, como poderão arcar com mais despesas com educação, saúde etc.? Está claro que os serviços sociais serão atacados e os assalariados terão menos escolas, menos hospitais, menos moradias.

A privatização "negociada"

Uma das regras ditadas pelo imperialismo é a privatização das estatais e a abertura dos mercados. É uma necessidade dos países imperialistas que os países atrasados abram seus mercados e entreguem ramos chave da economia, para dar vazão ao potencial produtivo emperado pela estagnação de mercados. A aplicação dessa receita nos países latino-americanos gerou fechamento de setores inteiros da economia e crescimento das importações. Nos países sulamericanos, houve milhões de demissões e retrocesso produtivo. Os países europeus e os Estados Unidos conseguiram criar 15 milhões de empregos para atender à demanda de consumo das classes médias latinas.

As privatizações, a abertura de mercado e o pagamento de altíssimas taxas de juros nos países sulamericanos atraíram investidores estrangeiros. Mas esse investimento veio fundamentalmente no setor especulativo. As empresas multinacionais não aumentaram significativamente seus parques produtivos, nem novos grupos se interessaram em produzir no continente. Isso criou uma situação muito instável. As sucessivas crises políticas e a falência dos estados nacionais fizeram o dinheiro se deslocar para fora dos países com a mesma velocidade com que chegou, ou até mais rapidamente.

No caso do Brasil, o interesse nas privatizações está voltado para o controle sobre a energia e as comunicações no país e para a especulação nas bolsas. As ações da Telebrás, por exemplo, são responsáveis pela metade do movimento nas bolsas. Quem controlar a Telebrás poderá impor altas e baixas nas bolsas e ditará ganhos altíssimos. O controle sobre a energia colocará o país como refém do capital estrangeiro, que imporá tarifas e organizará a distribuição da energia de acordo com seus interesses, aumentando o atraso na maior parte do país e concentrando a riqueza e a exploração.

A Previdência ameaçada de privatização

Quando o governo disse que não poderia pagar o mínimo de 100 reais porque a Previdência iria à falência estava mentindo. A Previdência obteve um superávit de



1,8 bilhão no ano passado. Só isso já daria para pagar o mínimo de 100 reais aos aposentados por 5 meses. Mas o governo não pode empenhar mais nenhum dinheiro em nada que não esteja voltado a garantir o investimento estrangeiro no país. Por isso já anuncia que quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, o que reduzirá ainda mais seus gastos. A Previdência está sob os olhos dos grupos de previdência privada daqui e de fora. Para o governo, é importante manter a Previdência como um negócio atrativo aos investidores. A assistência aos assalariados será transformada em mais um excelente negócio para os capitalistas. Os assalariados de renda mais baixa ficarão sem nenhuma assistência, porque mal podem comer, quanto mais pagar planos de saúde. Ficarão sem nenhuma assistência, e terão de trabalhar até morrer. Uma parte dos assalariados terá descontado de seus vencimentos uma parcela destinada aos planos de saúde empresariais.

Arrocho salarial ajuda a manter artificialismo

Uma das bases para manter o valor artificial do Real em relação ao dólar é o apoio dos empresários, que poderiam liquidar o plano com aumentos excessivos de preços. Os capitalistas voltados para a produção exportadora poderiam sofrer perdas com a desvalorização do dólar. Cada dólar exportado só pode ser trocado por 85 centavos de real. Aparentemente haveria uma perda de 15 centavos em cada dólar para os empresários. O governo compensou os exploradores reduzindo seus gastos com os salários, que foram convertidos pela média e depois congelados. Assim, os prejuízos com as exportações foram transferidos para os assalariados.

Sem saída

Todas essas medidas anunciadas pelo governo pretendem conter o desenvolvimento da crise. Num primeiro momento, os países imperialistas conseguem um limitado crescimento econômico, às custas de uma gigantesca transferência de recursos dos países atrasados para os desenvolvidos. Os países atrasados conseguem limitar a crise inflacionária com as importações e a entrada de dólares no país. Mas esse mecanismo rapidamente se esgota e a falência dos países oprimidos impede que prossiga o limitado crescimento nos imperialistas, trazendo prejuízos de centenas de bilhões de dólares a investidores, que ficam com fortunas em títulos que passam a valer nada e potencial produtivo sem ter para quem vender.

Por mais que se faça, esse mecanismo leva à falência dos países que o aplicam. O governo brasileiro está buscando desesperadamente criar condições para manter o parasitismo financeiro e especulativo, e, com ele, os dólares no país. Vai privatizar o máximo que puder, aumentar impostos, cortar gastos com saúde, moradia, educação, entregará a previdência para exploração privada, favorecerá as importações. Esse processo é extremamente contraditório, porque implica na destruição de uma parte da própria burguesia nacional. E conta ainda com os desequilíbrios da economia mundial e as quebras de países vizinhos, que anunciam o fracasso do neoliberalismo. As quedas nas bolsas de valores em todos os países da

América Latina e na Ásia indicam que os investidores já não estão tão dispostos a correrem todos os riscos, apesar da altíssima rentabilidade.

A crise mexicana fez com que o governo atenuasse parte de sua política entreguista, com consentimento imperialista. Voltou a favorecer as exportações, com o adiantamento de pagamentos em um ano e fim do compulsório, e aumentou as taxas de importação. O imperialismo consentiu porque manter a situação anterior poderia levar à falência prematura do Plano Real. Ninguém acredita que uma ajuda semelhante à dada ao México poderia ser reeditada para Argentina e Brasil, e os prejuízos seriam incalculáveis. Mas trata-se de um passo atrás numa trajetória que prosseguirá entregando o país.

A resposta operária: Frente Revolucionária Antiimperialista

A ofensiva recairá principalmente sobre as massas. Estas têm se mobilizado de forma generalizada, ainda que fragmentadas pela burocracia sindical divisionista. O grande problema é que as direções sindicais direitistas e reformistas incorporaram uma série de princípios do neoliberalismo e agora agem como cúmplices menores da burguesia entreguista.

A maior dificuldade do governo para a aplicação do plano tem sido a divisão no interior dos próprios partidos que o sustentam. Ninguém sabe ao certo o que pode acontecer quando as emendas da reforma forem votadas, dada a tremenda divisão entre as frações burguesas. As massas têm todas as condições para bloquear a ofensiva antinacional e antipopular, desde que se unifiquem na luta contra o Plano, o governo e o imperialismo.

A situação impõe a luta unitária contra o aumento da opressão nacional e social. Está colocada a necessidade da formação de uma frente de luta antiimperialista, que agrupe os oprimidos pelo imperialismo na luta contra o parasitismo, a destruição da economia nacional e das conquistas sociais dos assalariados.

O POR faz um chamado a todas as correntes do movimento operário e popular a se unirem numa frente revolucionária antiimperialista e a organizarem a luta nacional de massa para derrubar o Plano Real e impedir a Reforma antinacional e antipopular. Que a CUT, sindicatos, associações, UNE, CNTE etc chamem à luta nas ruas em todo o país.

Lutemos pela convocação de assembléias e plenárias que formem comandos intercategorias soberanos (acima das direções) e submetidos às assembléias para organizar a unificação da luta grevista.



Malan comanda a reforma antinacional e antipopular



Abaixo o veto presidencial

Por um salário mínimo de 750 Reais

O governo vetou o mísero reajuste do salário mínimo de 100 reais, que sequer compra a cesta básica. Segundo cálculos do Dieese, o mínimo perdeu 64% de seu valor em relação ao que valia em 1980. Já neste ano, as perdas eram grandes com o arrocho da ditadura militar. Como se vê, o reajuste de 70 para 100 reais repõe apenas uma parcela das brutais perdas. Porém, mesmo que se repusesse os 64%, não estaria resolvido o problema do salário mínimo. Continuará a matar de fome.

Qualquer família sabe que não consegue ter o necessário para viver sem ganhar pelo menos 750 reais. Esse valor cobre apenas o ultra-necessário para uma família de 4 pessoas. Abaixo dele, é privação na certa. Entretanto, a burguesia sacrifica mais de vinte milhões com 70 reais. Os 100 reais são esmola.

O Congresso e o governo central fazem um verdadeiro teatro com os 100 e com o jogo do veto. Ocorre que esse mínimo está servindo de motivo de barganha em torno do fim da aposentadoria

por tempo de serviço e privatização da Previdência Social. O governo alega que não é contra os 100 reais desde que se resolva o problema da segurança social, que segundo ele não poderia pagar o mínimo reajustado para os aposentados.

A verdade é que o capitalismo não tem outra saída senão descarregar sua crise estrutural sobre as massas oprimidas. O ponto de vista da classe operária não pode se prender ao dos exploradores, que sempre alegará impossibilidade e jogará com a ameaça de desemprego. A riqueza produzida pelos explorados é enorme, capaz de por si mesma pôr fim à fome. Entretanto, ela é apropriada pela minoria exploradora (capitalista), que destina uma pequena parcela para a maioria oprimida.

Diante da reivindicação de um salário mínimo de 750, o governo e a burguesia dirão: Querem quebrar o país! A burocracia sindical vendida acompanha esse clamor da burguesia criminosa (criminosa porque mata de fome). Dirão: É preciso reajustar gradualmente o mínimo, começando pelo moderado 100 reais. Esse ponto de vista não pode ser admitido pela classe operária, camponeses pobres e demais explorados. Caso contrário, é admitir a sobrevivência de um sistema econômico decadente às custas da mutilação da vida de milhões de trabalhadores. É o mesmo que dizer: admitimos a fome, a mortalidade infantil, os milhares de desabrigados, o analfabetismo etc para que o capitalismo continue existindo graças ao salário mínimo criminoso, o desemprego etc.

Não! A posição verdadeira da classe

operária se resume na bandeira de guerra à burguesia. Este é o ponto de vista dos oprimidos: Que morra o capitalismo apodrecido! Salvemos a vida dos trabalhadores! Lutemos na rua pelo salário mínimo real de 750 reais e escala móvel de reajuste de acordo com a inflação. Está em jogo a sobrevivência de milhões!

Se a minoria capitalista não pode sustentar minimamente seus escravos, temos uma saída para o impasse. Mudemos a ordem econômica. Que as fábricas, as terras, os bancos e o comércio passem para as mãos da maioria. Nós poremos fim à propriedade privada (capitalista) dos meios de produção, tornando-a propriedade coletiva de todo o povo. Toda riqueza produzida será apropriada e distribuída de acordo com a capacidade e necessidade de quem trabalha. Aboliremos o sistema de exploração assalariada, que sequer paga o mínimo, pelo sistema socialista de produção e apropriação social.

Quando a burocracia sindical diz que os trabalhadores não lutam por um salário mínimo de 750 reais, estão reforçando o poder dos exploradores. Os trabalhadores lutam sim, caso passem a confiar em suas próprias forças. O que quer dizer compreenderem que a luta pela sobrevivência conduz à destruição do próprio capitalismo. Isso implica construir uma direção revolucionária de seus movimentos, ou seja, o partido operário revolucionário.

Não aceitemos o veto do presidente!

Saiamos às ruas por um salário mínimo de 750 reais!

Por uma plataforma de reivindicações antiimperialista e anticapitalista!

Que Parlamento é esse?

O boletim do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstra que o novo Congresso de 513 deputados foi eleito por apenas 25 milhões de eleitores, ou seja, 26% do total de 94 milhões. Aí está a demonstração de que as massas repudiaram as eleições de 3 de outubro, principalmente quanto ao Parlamento. Nem um terço do eleitorado votou nos candidatos para o Legislativo (Câmara dos Deputados). Por outro

lado, a composição do Parlamento se caracteriza por lobbies oligárquicos. A eleição de José Sarney (PMDB) para presidência da mesa do Senado e de Luís Eduardo Magalhães (PFL) (filho do senador Antônio Carlos Magalhães) expressa o domínio da oligarquia mais reacionária.

Os reformistas do PT, PCdoB e PPS, ao se submeterem a esse Parlamento, em nome da democracia, se submetem à velha oligarquia que vem dos tempos coloniais. Tal composição comprova a existência de uma democracia formal mutilada, a serviço dos latifundiários, banqueiros, empresários e do grande capital internacional. Num país semicolonial, marcado pela

aliança do grande capital financeiro-industrial com a oligarquia latifundiária contra uma multidão de miseráveis, não pode se desenvolver plenamente a democracia burguesa e nem cumprir um papel progressivo de reformas sociais. A capitulação perante as exigências do imperialismo, como reflete a Reforma Constitucional antinacional e antipopular, atesta essa conclusão histórica.

Os trabalhadores não podem esperar absolutamente nada desse antro de ladrões. A estratégia da classe operária é destruir esse poder reacionário e substituí-lo pelo Estado Operário, baseado na mais ampla democracia dos explorados.



Pernambuco

Uma lição de método de luta

No final de janeiro, uma multidão de sem-terra invadiu a Escola Vicentina Baudouim Pereira, de propriedade do Engenheiro Ubú, no município de Goiana, na Zona da Mata Norte. Um pouco antes os sem-terra incendiaram um trator e uma carroça do engenho. A revolta dos trabalhadores se deve ao fato de que o senhor de engenho havia fechado a Escola há 5 anos, logo após a falência da usina. As crianças não tinham onde estudar, enquanto a escola permanecia fechada. Então se decidiu pô-la em funcionamento. No próprio grupo de sem-terra apareceram duas voluntárias para ministrar as aulas.

Os sem-terra agora exigem da prefeitura de Goiana e da Secretaria de Educação do Estado a criação de condições para o pagamento do salário às professoras, fornecimento de merenda etc. Está aí uma boa lição do método correto de luta. Se os burgueses fecham as escolas, as arrombamos e as colocamos em funcionamento. Se os burgueses fecham fábricas, usinas etc, as ocupamos e impomos o controle operário. Se os latifundiários matam de fome os camponeses, os expulsaremos das terras através das ocupações e comitês de auto-defesa. Nada de ceder à opressão capitalista.

Natal

O cretinismo parlamentar

Os reformistas têm procurado convencer os trabalhadores que a saída para seus problemas (a fome) está no parlamento. Para isso, eles têm de votar corretamente, elegendo os chamados "representantes populares". Ao contrário, temos dito que o parlamento é um antro de ladrões e corruptos a serviço da burguesia. Pois bem, o "representante popular" do PT na legislatura passada Junior Souto se absteve na votação do plano de privatização e extinção de estatais do governador Garibaldi. Esta abstenção foi uma confissão de capitulação diante das medidas reacionárias. Em substituição a Souto, foi eleita para deputada Fátima Bezerra, também ex-presidente do sindicato dos professores.

Para estrear seu mandato "popular", a deputada petista recebeu elogios do deputado do PFL Elias Fernandes. Este ressaltou a participação de Fátima

Bezerra na elaboração da proposta para eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, entre elas o de assegurar o respeito mútuo dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário). Evidentemente, esse respeito significa submeter o mandato da petista à administração burguesa oligárquica. Quem de fato manda nos três poderes são as poucas famílias de latifundiários.

A deputada petista disse em seu discurso que não tinha preconceito por ninguém, respeitava as diferenças, mas que havia pontos a serem discutidos, obrigatoriamente, como é o caso da Representação de Liderança. Está aí a revelação de que "a não existência de preconceito" nada mais é do que a capitulação de um assalariado e ex-dirigente do sindicato perante o poder da burguesia. Isso é o cretinismo parlamentar dos reformistas.

Fortaleza

A Trincheira

A regional da Tendência pelo Partido Operário no Ceará passou a editar o boletim "A Trincheira" (órgão da Corrente Revolucionária da Juventude). Trata-se de um instrumento de agitação e propaganda para que as posições revolucionárias do POR se materialize no interior dos movimentos.

Nesse primeiro número se faz uma denúncia do governador Tasso Jereissati como representante da ofensiva neoliberal, desfechada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Na denúncia se faz a defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores contra as privatizações. A privatização do banco do Estado de Ceará e a consequente demissão de bancários expressam o reacionarismo do "moderno" oligarca.

Leia, divulgue e participe do Boletim A Trincheira. Organize-se no Partido Operário Revolucionário.

NACIONAL

Natal

Manifestação contra as privatizações

No dia 15 de fevereiro, os trabalhadores federais, municipais, estaduais e sem-terra realizaram uma manifestação unitária, em frente à Assembléia Legislativa de Natal, contrária a ofensiva privatizante de Fernando Henrique Cardoso e do governador Garibaldi.

A Tendência pelo Partido Operário entrevistou com a bandeira de: Abaixo o Plano Real e a Reforma Constitucional pró-imperialista. O nosso orador explicou a importância da unidade nacional dos trabalhadores contra a ofensiva neoliberal, de caráter antipopular e antinacional. E fez uma clara crítica às vacilações dos reformistas, que se mostram incapazes de assumirem a luta contra o governo burguês entreguista.

A T.POR faz a campanha nacional pela organização dos comitês de frente revolucionária antiimperialista sob a direção da classe operária. O combate pela derrota do governo PSDB/PFL e PMDB é central para barrar a ofensiva das potências e do grande capital nacional contra as massas.



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A ofensiva de Maluf em São Paulo

O prefeito paulista desfechou mais um golpe sobre o funcionalismo. Expropriou 81% dos salários que seriam reajustado em fevereiro. Para isso, ordenou que seus capangas parlamentares da Câmara Municipal revogassem a lei que assegura tal direito.

Diante da manifestação dos servidores em frente à Câmara, jogou a polícia sobre os trabalhadores, com uma violência típica da ditadura militar. Não se poderia esperar outra coisa desse fascista.

A determinação de arrancar à força o reajuste está de acordo com o Plano Real. Inclusive esse foi o argumento uti-



lizado. Vemos que prefeitos, governadores e parlamentares constituíram uma ampla frente reacionária de ataque à vida dos explorados. A necessidade de descarregar a crise sobre os trabalhadores obriga o poder burguês a utilizar os métodos da violência policial.

A compreensão dessa conspiração burguesa antipopular coloca a defesa

da unidade dos operários, assalariados de classe média, camponeses e estudantes contra a sanha capitalista. O isolamento dos municipais contribuiu decididamente para a ousadia da repressão e para a revogação da lei salarial.

Depois dos acontecimentos, os burocratas sindicais do PCdoB e do PT ameaçaram com a greve por tempo indeterminado. Isso porque estava evidente que os trabalhadores já não teriam confiança. Como justificativa para findar o movimento, os burocratas alegaram que não iriam jogar a classe numa aventura grevista, quando Maluf ameaça com as demissões. O recurso que sobrou foi aprovar o ridículo "estado de greve" e recorrer à Justiça burguesa. É preciso construir uma fração revolucionária no interior dos municípios.

Paraná

Prefeitura democrático-popular do PT utiliza métodos autoritários e anti-operários contra os grevistas

Em Londrina (PR), 120 servidores de uma Maternidade Municipal e 70 de um hospital distrital fizeram uma greve de uma semana, no final de janeiro. A reivindicação dos trabalhadores era a implantação da jornada de 30 horas semanais, a exemplo do que já ocorre nos Postos de Saúde do Município.

Prefeito do PT ataca como patrão

O prefeito Eduardo Cheida, que é médico e do PT, reagiu à greve no melhor estilo patronal, chamando trabalhadores temporários para substituir os grevistas, abrindo sindicância contra os dirigentes e ameaçando-os com ações criminais.

A imprensa burguesa, a direção da CUT e o Presidente da Câmara de Vereadores, mediaram o fim da greve, que finalmente se encerrou sem que os trabalhadores conseguissem arrancar a jornada de 30 horas.

Redução da jornada, bandeira da classe operária

A redução da jornada, reivindicada pelos trabalhadores da saúde, é correta. Não apenas pelas condições de trabalho específicas desse setor, mas, devido ao flagelo do desemprego, que o capitalismo descarrega nas costas dos assalariados. Os capitalistas introduzem mudanças nos processos de trabalho para obter mais produtividade com a conseqüente expulsão de trabalhadores da produção, que são, portanto, privados das condições de sobrevivência e de seus filhos.

Diante disso é que se coloca a reivindicação de redução da jornada de trabalho, que deve ser combi-

nada, no entanto, com a de repartir as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem redução do salário. É a chamada escala móvel das horas de trabalho. Esta é apenas uma medida defensiva da integridade da classe, mas no atual quadro de desagregação se torna uma necessidade urgente, sob pena de ver ainda mais degradada a vida dos trabalhadores.

A postura do prefeito revela o caráter burguês não apenas da administração mas também do próprio PT. O partido não fez nenhuma declaração condenando sua conduta patronal. E não é a primeira vez que o "argumento" com que enfrenta o movimento dos funcionários é o de "falta de condições financeiras da prefeitura", tal como Fernando Henrique justifica o veto ao mínimo de 100 reais. Esse "argumento" na verdade significa que para o PT a saúde financeira do Estado burguês (Prefeitura) é mais importante que a integridade dos trabalhadores. Além disso, o Sindicato dos Funcionários Municipais denunciou que, na verdade, o Prefeito não teria atendido a reivindicação do funcionalismo por pressão dos donos dos hospitais particulares, cujos funcionários também reivindicariam a isonomia com os municipais. Trata-se nesse caso de uma frente única da prefeitura e os donos de hospitais contra os trabalhadores da saúde.

A presidenta da CUT/PR lamentou o impasse e acha que não pode continuar acontecendo. Lamentável mesmo é o equívoco da CUT de esperar que o prefeito burguês do PT se coloque a favor dos trabalhadores. O papel da direção sindical é o de explicar à classe que nada pode esperar da burguesia e seu Estado, mesmo que à sua frente esteja o PT. E que, para arrancar as reivindicações, só pode contar com a sua própria força e organização.



Aumenta a opressão sobre as mulheres

No dia 8 de março comemora-se mais um Dia Internacional da Mulher. Foi no Congresso Mundial das Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague (Dinamarca), há 84 anos atrás, que se criou o dia da mulher. Era uma homenagem a luta das operárias têxteis, que reivindicavam salários dignos, respeito e jornada de 8 horas.

A luta das mulheres contra a superexploração do trabalho e toda sorte de discriminação que lhes são impostas pelo capitalismo não é um fato recente. É parte da história do movimento operário em choque com o sistema de exploração do trabalho.

Já no início do século, as mulheres reivindicavam idênticas oportunidades de educação, direito igual para ingressar nas profissões, o mesmo pagamento na fábrica, direitos sociais e políticos iguais aos homens, como o de votar e ser votada. Desde a metade do século XIX, a atividade sindical começou a se desenvolver entre as mulheres trabalhadoras. Um exemplo são as greves ocorridas na Inglaterra e França organizadas por mulheres. O trabalho feminino, no interior das fábricas, não era igual ao dos homens. Quase todos os operários qualificados eram homens. Raras eram as fábricas que permitiam as mulheres trazerem os bebês em cestos nos locais de trabalho. Foi com muito combate que as mulheres conseguiram algumas de suas reivindicações, aquelas que o capitalismo pôde atender.

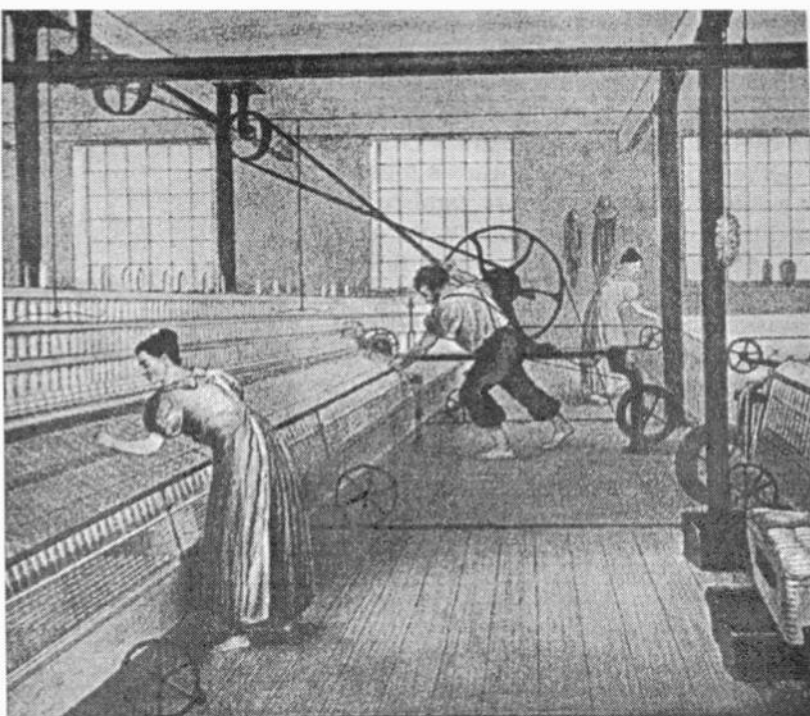
Hoje, no Brasil, as mulheres representam 35,5% da população economicamente ativa. Geralmente, recebem a metade dos salários dos homens, são discriminadas pelo mercado em função da maternidade e têm pouco acesso a funções mais qualificadas. Com a desintegração de parte da família operária, devido ao desemprego e a miséria, milhares e milhares de mulheres são responsáveis pelo sustento de toda a família. A esterilização forçada de mulheres é mais uma fonte de opressão. Em alguns estados brasileiros, como Maranhão, Goiás, a porcentagem de mulheres laqueadas chega a 70%. São, na verdade, 3 milhões e 900 mil mulheres em idade fértil já esterizadas em todo o país. A destruição da capacidade de fertilidade da mulher é imposta pelo imperialismo nos países semicolônias. Acrescenta-se a isso a ausência do direito ao aborto, cujo resultado tem sido a morte ou a mutilação de

grande contingente feminino.

Como vemos, a opressão sobre as mulheres tem crescido. Não poderia ser diferente, pois um sistema econômico em desagregação só pode trazer mais discriminação entre os trabalhadores. O capitalismo não pode solucionar o problema da opressão sobre a mulher, porque implicaria em pôr fim à propriedade privada dos meios de produção. Esta é responsável por todo tipo de discriminação e opressão. Não é possível combater as causas reais da opressão feminina se não se busca as raízes da exploração do trabalho. A opressão burguesa so-

apenas iniciou esta difícil obra. Somente a evolução do socialismo poderia eliminar definitivamente toda forma de parasitismo do homem sobre o homem.

Stalin, com o seu socialismo em um só país e com a transformação da ditadura do proletariado em ditadura de casta burocrática, traiu os princípios leninismo e precipitou a União Soviética no curso da restauração capitalista. Atualmente, a Peres-



bre o proletariado e demais trabalhadores é a fonte dos males que afligem a maioria feminina trabalhadora. Por isso, a luta da mulher oprimida é parte do programa da revolução proletária.

Reproduzimos na página seguinte o Manifesto de Lenin dedicado ao Dia Internacional da mulher explorada

O estalinismo bloqueou a tarefa da emancipação da mulher

O Manifesto de Lenin demonstra o inabalável princípio marxista de que a libertação da mulher só poderá ocorrer se houver a libertação geral de todos os explorados do sistema de opressão capitalista. A Revolução Russa, da qual Lenin foi um construtor, comprovou tal princípio. Porém, como o próprio Lenin diz, a revolução

troika de Gorbachev e Ieltsin vem consagrando a vitória do imperialismo contra a Revolução de Outubro. O que quer dizer retroceder todas as conquistas libertadoras, inclusive da mulher proletária. Mulheres e homens proletários têm a tarefa de se lançarem pela revolução política, que expulse a burocracia restauracionista e reestabeleça o poder das massas sobre a economia.

Viva o Dia Internacional da Mulher!

Viva a Revolução Proletária!

Nacional



Dia Internacional da Operária

O principal, o fundamental, no bolchevismo e na Revolução de Outubro Russa é a incorporação à política, justamente, daqueles que estavam mais oprimidos no capitalismo. Os capitalistas os subjagam, os enganam e roubam, tanto na monarquia como nas repúblicas mais democrático-burguesas. Esta opressão, este engano, este roubo do trabalho do povo pelos capitalistas foram inevitáveis enquanto perduraram a propriedade da terra, das fábricas e ofícios.

A essência do bolchevismo e do poder soviético é denunciar a falsidade e o engano da democracia burguesa, abolir a propriedade privada da terra, das fábricas e ofícios e concentrar todo o poder estatal nas mãos das massas trabalhadoras e exploradas. Essas massas tomam em suas próprias mãos a política, isto é, a tarefa de construção da nova sociedade. Isso não é fácil, as massas estão oprimidas e subjugadas pelo capitalismo, mas não há e nem pode haver outra saída da escravidão assalariada, da escravidão do capitalismo.

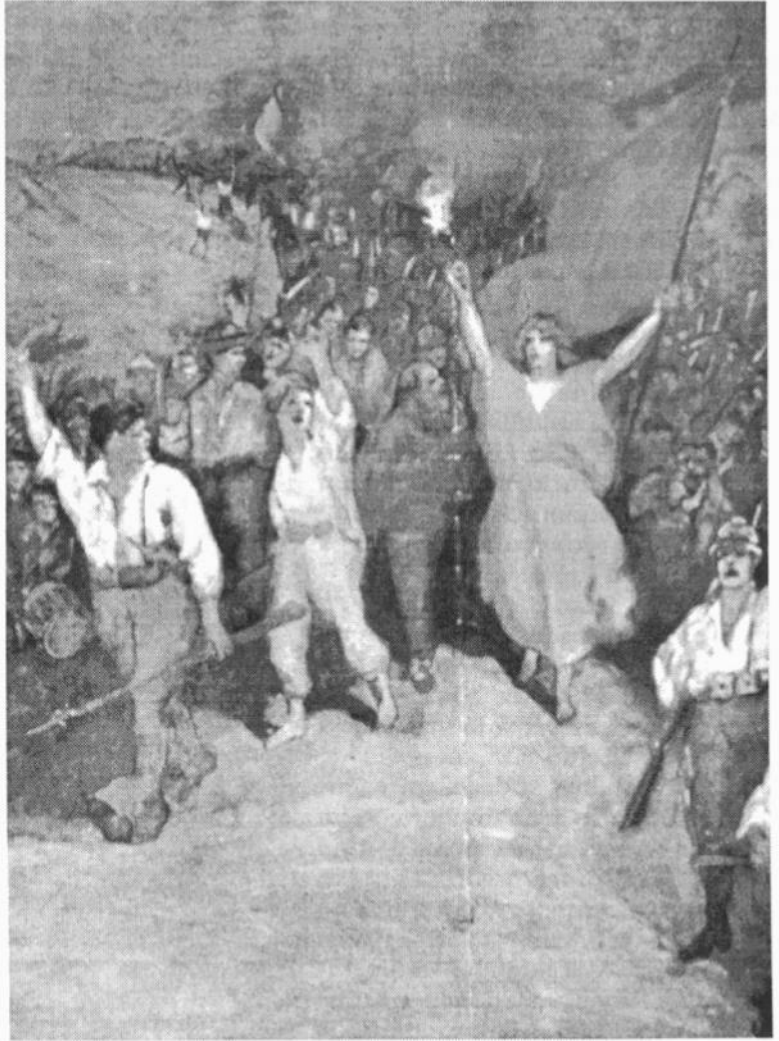
Não é possível incorporar as massas à política sem incorporar também as mulheres. Pois, sob o capitalismo, a metade feminina da espécie humana está duplamente oprimida. A operária e a camponesa estão oprimidas pelo capital e, além disso, carecem, em primeiro lugar, de alguns direitos, pois a lei não lhes concede a igualdade com o homem; em segundo lugar - e isto é o principal - continuam com a "escravidão doméstica", continuam sendo "escravas domésticas", pois estão esmagadas pelo trabalho mais mesquinho, obscuro, penoso e embrutecedor: a cozinha e, em geral, os afazeres domésticos.

A revolução bolchevique, soviética, corta pela raiz a opressão e a desigualdade das mulheres tão profundamente como não soube fazer nenhum partido ou revolução no mundo. Da desigualdade diante da lei entre a mulher e o homem, em nosso país, na Rússia soviética, não ficará nada. O poder soviético liquidou a desigualdade particularmente odiosa, miserável e hipócrita na legislação sobre o matrimônio e a família, e a desigualdade com respeito aos filhos.

Isto é só o primeiro passo para a emancipação da mulher. Mas nenhuma das repúblicas burguesas, nem a mais democrática, se atreveu a dar-lhe, e não o fez por respeito ao "sagrado direito de propriedade".

O segundo passo essencial é a abolição da propriedade privada da terra, das fábricas e ofícios. Somente isso abre o caminho para a emancipação completa e real da mulher, para sua libertação da "escravidão doméstica", mediante a passagem da pequena economia doméstica individual para a socialização dos serviços domésticos.

Essa transição é difícil, pois se trata da transformação da "ordem" mais arraigada,



habitual, obstinada e estrita (para dizer a verdade, indecente e selvagem, não "ordem"). Porém, a transição foi iniciada, a obra está em marcha, entramos em uma nova via.

E o Dia Internacional da Operária, nas inumeráveis assembleias de operárias que se celebram em todos os países do mundo, ressoarão as saudações à Rússia soviética, que tem sido a primeira em iniciar esta tarefa inegável e incrivelmente difícil, porém grande, tarefa que é universalmente grande e verdadeiramente libertadora. Ressoarão animados chamamentos a não decair diante da bárbara e feroz reação burguesa. Quanto mais "livre" ou "democrático" é um país burguês maior é a barbárie e a ferocidade do bando de capitalistas contra a revolução dos operários; é o exemplo que temos da democrática república dos Estados Unidos da América. Mas a massa operária já está despertando. As massas inativas, adormecidas e sonolentas da América, Europa e inclusive da atrasada Ásia se têm colocado em movimento.

O gelo está rompendo em todos os confins do mundo.

Avança incontestavelmente a libertação dos povos do jugo imperialista, a libertação dos operários e operárias do poder do capital. Dezenas de milhares de operários e operárias, de camponeses e camponesas levam adiante esta causa. E, por isso, esta causa da libertação do trabalho do jugo do capital triunfará em todo o mundo.

Lenin

Publicado em 8 de março de 1921, no suplemento de nº 51 do Pravda.

Nacional



É preciso romper com o oportunismo do PSTU

O destacado dirigente Romildo Raposo Tavares, do PSTU, confirmou para o jornal "O Povo", de Fortaleza, a existência de negociações com o Partido Revolucionário Operário (PRO) sobre o processo de fusão das duas correntes. Diz Romildo: "Há o objetivo de construir a união dentro de um acordo programático".

A pergunta que deve ser feita é que acordo programático é esse se o PRO não tem nada de revolucionário e se se coloca em posições declaradamente antimarxistas? A resposta está em que o PSTU é uma corrente centrista do ponto de vista programático e organizativo. Seus dirigentes estão obcecados pelo objetivo de pôr em pé uma corrente com força eleitoral.

Se os revisionistas do trotsquismo se uniram aos ex-estalinistas (prestistas) do Partido da Frente Socialista (PFS), porque não se fundirem com o PRO, que é uma caricatura do maoísmo? O simples fato do PSTU ceder sua sigla para a candidatura de Rosa Fonseca (governador) e para Maria Luíza Fontenele (senador) e pôr-se a reboque da campanha do PRO demonstra o seu arraigado oportunismo eleitoral.

Na ocasião, abriu-se uma crise entre o PSTU e o PRO porque Rosa Fonseca esteve por retirar sua candidatura em função de negociações da direção do PRO com o PT. Agora, com as negociações de fusão, uma nova crise surge no PSTU. O militante Percival Palmeira denuncia o PRO como corrompidos ao jornal "O Povo": "Eles desvirtuaram o nosso programa porque mantêm uma política oportunista de receber dinheiro de empresários".

O jornal burguês cita como fonte de financiamento empresários da construção civil. Maria Luíza Fontenele confirma a denúncia de venda de bônus para capitalistas. Diz: "Foram vendidos muitos para pessoas com quem tenho vínculos de amizade. Até meu irmão que é latifundiário comprou". Para rebater a oposição de Percival Palmeiras quanto à fusão do PSTU com o PRO, Romildo o desqualifica. "Percival nem sequer é do partido. Ele está afastado".

Quando existe denúncia confirmada de corrupção econômica, falar em fusão sobre a base do programa é uma aberração. As bases sérias do PSTU não têm outra saída senão apurar os fatos e romper urgentemente com o oportunismo em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. A superação da crise de direção começa pela delimitação rígida de princípio do oportunismo revisionista e pela construção do partido sob a base do Programa de Transição, certamente há muito relegado pelo morenismo e agora pisoteado pela constituição do PSTU antitrotsquista (antimarxista-leninista).

A legalização do PSTU

Os dirigentes do PSTU avaliam que existem reais condições para legalizar o partido, atendendo à antide-mocrática lei partidária burguesa. O número de filiados foi alcançado, porém é preciso que se preencha plenamente as absurdas exigências do número de estados e municípios.

Eis porque os redatores do jornal do PSTU dizem aflitos: "Porém, mesmo já tendo atingido o número de filiados determinado pela justiça eleitoral, não legalizaremos nosso partido se fracassarmos na batalha que, doravante, travaremos com a legislação". Para atingir a meta draconiana, foram formadas brigadas para coletar assinatura de fichas e o PSTU não faz outra coisa, ausentando-se de lutas como as que vêm ocorrendo em Fortaleza contra as privatizações.

O PSTU não vê a legalização como uma imposição da classe operária à burguesia, em choque contra suas leis discricionárias em relação aos partidos de esquerda. Por isso, toda sua ação se volta para atender às exigências legais do Estado totalitário. Temos criticado incessantemente a evolução eleitoral do PSTU e sua adaptação à frente-popular dirigida pelo PT reformista. A sua prostração frente às leis eleitorais e o método puramente legalista de obter o registro partidário é mais um passo à frente de integração na democracia burguesa.

É necessário a luta pelo fim de toda legislação impeditiva, que protege os grandes e ricos partidos da burguesia. Lutemos pela total liberdade partidária. Esta é uma das condições para o partido revolucionário atuar no âmbito das eleições e do parlamento, para utilizá-los como tribuna em defesa da ação direta das massas e para demonstrar aos trabalhadores que a democracia burguesa é um instrumento de dominação capitalista.

Nacional



Adquira o folheto:

Duas Linhas para a Educação: A Reformista e a Revolucionária

XXV Congresso da CNTE: direção reformista se curva perante a política educacional do imperialismo

Esse folheto contém uma avaliação da trajetória da CPB/CNTE, o significado das resoluções aprovadas no último congresso da CNTE, a análise crítica do "sindicalismo de negociação" e também do programa de Fernando Henrique Cardoso "Acorda Brasil". Trata-se da defesa da linha revolucionária para a educação em contraposição à política reformista.

O folheto está sendo vendido a 1,50 reais. Peça através da caixa postal do Jornal Massas.

Conheça o folheto:

PLANO DECENAL, MAIS UM COMPROMISSO COM OS ÓRGÃOS DO IMPERIALISMO

POR realiza a Plenária do Nordeste e avança na construção nacional do partido

Nos dias 28 e 29 de janeiro, realizou-se em Natal a plenária do Nordeste. Seu objetivo foi o de fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário na região. Os pontos principais do temário foram: 1) Situação Internacional e Nacional; 2) Informe sobre a situação política dos estados; 3) A questão econômica e social do Nordeste; 4) Plano de Lutas; 5) Crescimento do Partido, 6) Encaminhamentos organizativos.

O trabalho disciplinado na plenária demonstrou a disposição militante de superar os tremendos obstáculos políticos e organizativos para construir o Partido no seio das massas oprimidas. Tratou-se de uma discussão crítica e auto-crítica.

A plenária reconheceu a necessidade de conhecer melhor a realidade em que os revolucionários atuam. Ficou claro que não se pode organizar o Partido e desenvolver as condições políticas para a revolução proletária sem conhecer a fundo a realidade através do materialismo dialético, instrumento científico do marxismo.

Tanto no informe internacional quanto nacional, intimamente ligados, se concluiu pela importância de trabalhar a constituição da frente revolucionária antiimperialista e anticapitalista, de forma que o POR defenda um programa revolucionário e o

método da ação direta das massas. É uma tarefa central combater frontalmente a opressão nacional, o plano neoliberal e os ataques da burguesia às condições mais elementares dos explorados, através de campanhas sistemáticas em torno das reivindicações vitais e das bandeiras antiimperialistas.

No informe regional, se destacou a ofensiva privatizante dos novos governadores. Essa linha expressa o programa reacionário do PSDB, PFL e PMDB que constituem o poder governamental do Estado. As tendências de luta presentes no seio das massas permitem a defesa da formação dos comitês antiimperialistas, que devem centralizar sua ação na derrubada do Plano Real e na contra-posição à Reforma Constitucional antipopular e antinacional.

A plenária avaliou unanimemente o acerto da defesa do voto nulo, uma vez que esteve de acordo com uma tendência massiva entre os explorados de rejeitar toda a corrupção eleitoral burguesa e uma vez que o PT se mostrou completamente corrompido com a revelação das contribuições das empreiteiras.

Reconheceu-se, também, que é fundamental fazer uma sólida campanha em torno do internacionalismo proletário, que se materializa no Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Isso significa superar as deficiências na divulgação dos materiais. Finalmente, se aprovou uma série de resoluções político-organizativas, entre elas a publicação de um Manifesto da Plenária do Nordeste da T.POR.

Covas decreta mais arrocho salarial e punições aos professores

Uma das primeiras medidas do governo Covas foi decretar mais arrocho salarial para o funcionalismo. A demagogia de que a prioridade seria educação e saúde, utilizada fartamente na campanha eleitoral, se escancarou com o parcelamento dos míseros salários no mês de janeiro e com a promessa de só falar em reajuste no final do segundo semestre (outubro e novembro).

O início do ano letivo nas escolas públicas também veio acompanhado de decretos instituindo mais punições. É o caso das faltas-aulas, onde a cada cinco horas-aulas não-cumpridas será contado um dia de falta. Os afastamentos não serão remunerados e os professores readaptados passarão por novos exames médicos.

Como se vê, Covas se utiliza da situação falimentar do estado de São Paulo para sucatear mais ainda a escola pública, bem como outros serviços sociais. A dívida de 52 bilhões de dólares deixada por Fleury tem sido usada para justificar o arrocho e as punições. Para isso, pede ao professorado muita paciência para que possa primeiro pagar as dívidas e, depois, mediante um estudo realizado por uma Comissão Técnica,

ligada à Secretaria da Educação, negociar uma política salarial e reestruturar a carreira. Em resumo, quer que os 260 mil professores se calem e aguardem para o futuro algum reajuste salarial.

Porém, a situação é muito grave. Os professores recebem 141 reais, por 20 horas semanais de trabalho. O vale-refeição é de 2 reais, o que significa só consumir uma lanche ao dia. Nas escolas, faltam professores para completar o quadro, obrigando a contratação de alunos de 3º grau. As faltas dos docentes são mais do que impostas pelos baixos salários e tremenda jornada de trabalho.

Portanto, não são os professores que não querem trabalhar. Ao contrário, é o capitalismo e seu governo que inviabilizam o trabalho. As medidas punitivas são formas de opressão para obrigar os explorados a produzirem nas piores condições.

A política do "esperar para ver" da diretoria da Apeoesp significa colaborar com o governo neoliberal do PSDB, que vem punindo o magistério. O governo age centralizadamente para impor as medidas de arrocho e sucateamento, o professorado terá que agir unitariamente para enfrentar tal política. Nesse sentido, há que exigir da Apeoesp a organização da luta. É preciso convocar imediatamente uma grande assembleia para aprovar a ação unitária contra a ofensiva de Covas. Da Comissão Técnica não sairá nada que beneficie a classe, na verdade é mais uma fracassada Câmara Setorial.

Nacional



Educação

CPI do Banespa encobrirá Fleury e Quércia

Os bancários só podem evitar as demissões e a privatização através da Greve contra a Intervenção!

O reformismo conseguiu o que queria: a Assembléia Legislativa aprovou a formação da uma Comissão Especial de Inquérito para investigar a situação do Banespa. O deputado petista Lucas Buzato será o relator da Comissão. O presidente será Barros Munhoz, ex-candidato quercista derrotado nas eleições de 1994. Dos nove integrantes, seis não foram reeleitos, portanto não haverá prorrogação de prazos. Em um mês a "CPI" apresentará seu relatório aos deputados em final de mandato, majoritariamente quercistas, que darão a palavra final sobre a questão.

Está claro que essa CPI só será útil a Quércia e Fleury. Depois dos interventores federais apresentarem seu relatório que indicará a privatização, a CPI dará um atestado de honestidade aos corruptos Quércia/Fleury, com a conviência petista.

Uma política derrotista

Os sindicatos de bancários, controlados pelo PT/PCdoB/PPS, responderam à intervenção com um apoio crítico. Não chamaram a luta contra a intervenção privatizante, mas têm negociado com os interventores "sugestões" a serem incorporadas no relatório final. Os reformistas, que apoiaram Covas e o PSDB no segundo turno, agora buscam desesperadamente limitar as demissões que virão e a privatização anunciada por Malan.

A linha de "Covas, assumo o Banespa", e o discurso aos quatro cantos de que "Covas é o maior aliado dos banespianos" desarma a luta bancária. Todas as atividades convocadas procuraram limitar a participação massiva, impedir a discussão da política a ser aprovada e arrastar os bancários a pressionarem Covas e os interventores.

Apesar disso os bancários têm mostrado disposição de luta. Participaram massivamente do encontro nacional do Banespa. A plenária de 15/02 em São Paulo contou com centenas de participantes. O ato planejado para ser reduzido (9 horas da manhã de uma quinta-feira) contou com mais de mil e quinhentos manifestantes.

Há todas as condições para uma



Bancários de mobilizam, apesar da política traidora da direção

greve contra a intervenção privatizante. Só não acontece pela política derrotista de uma burocracia prostrada diante daquele por quem se arrastou nas eleições.

O PSTU atenua a contradição entre a disposição de luta das bases e a traição da burocracia.

Depois do trauma eleitoral e diante de uma situação constrangedora, o PSTU tenta equilibrar-se sobre o fio da navalha. Não pode apoiar abertamente a política derrotista dos petistas. Mas não pode se voltar contra seus "aliados naturais", conforme vocabulário morenista. Assim, propõe medidas de conciliação: no encontro do Banespa, emendou a proposta de eleição dos diretores pelos funcionários com a proposta de formar uma direção metade indicada, metade eleita. Ganhou a votação, mas com a política oportunista que favorece o governo e a burguesia no controle do banco. No seu panfleto, a única medida de "luta" era a proposta de realização de um ato público. Nenhuma proposta de luta de massa contra a intervenção privatizante. Quanto à apuração das responsabilidades pela situação do banco, reeditou a proposta de uma comissão da "sociedade civil", que significa submeter o movimento à OAB, ABI etc., velhos integrantes das comissões legalistas. Quando esconde o caráter de classe da luta por apurar a corrupção, ajuda a encobri-la e desarma os bancários e os trabalhadores na luta contra a burguesia. A apuração só pode ser levada às últimas consequências através da luta pelo controle dos bancos pelos trabalhadores, e não de

uma cogestão com maioria pró-governo.

Na plenária preparatória para o ato público, limitou-se a defender a realização do ato, não levantando a necessidade da luta grevista contra a intervenção privatizante. A omissão do PSTU o compromete com a corrupção política do reformismo. Os militantes do PSTU precisam rediscutir essa política adaptada ao reformismo e passarem imediatamente a chamar a luta bancária.

A resposta proletária: greve

A Corrente Proletária nos Bancários tem defendido a necessidade da greve contra a intervenção privatizante, a convocação de um congresso nacional de base dos bancos públicos e denuncia a farsa da CPI do Banespa. Trata-se de propagandar essas propostas e defendê-las em oposição ao derrotismo reformista. Caso contrário, a ofensiva privatizante se espalhará pelos outros bancos públicos. Trata-se de uma luta que se liga à do conjunto dos explorados e oprimidos porque se choca contra a política pró-imperialista do governo e seu plano e implica numa luta conjunta com o movimento operário. A defesa da Frente Revolucionária Antiimperialista mostra-se concreta nessa situação. É preciso responder a cada passo da ofensiva entreguista e a intervenção no Banespa é um momento para isso.

Movimento Operário



O Sindicalismo de Compromisso

A Força Sindical, que tem sua maior base no Sindicato Metalúrgico de São Paulo, adotou o termo "sindicalismo de resultados", para indicar um sindicalismo moderado e de franca colaboração com a classe patronal. Inicialmente, procurou se diferenciar da CUT, que se destacou na sua origem por desenvolver as greves. A burguesia fez de tudo para ajudar a Força Sindical de Medeiros contra o avanço da CUT. As pequenas concessões salariais da FIESP aos metalúrgicos de São Paulo serviram para reforçar a idéia de que a melhor via para os sindicatos era obter acordos pela via passiva das negociações de cúpula.

O "princípio" do sindicalismo de resultados é o de se evitar a todo custo a greve, e, quando for inevitável, dividi-la por fábrica. A idéia que se procurou passar para os operários é que o radicalismo das greves não traz benefícios, enquanto que o pacifismo e as negociações dão resultados. Os patrões e o governo saíram em defesa dessa idéia. As migalhas negociadas foram apresentadas como grandes vantagens.

Agora, o sucessor de Medeiros na direção do Sindicato Metalúrgico, o Paulinho, diz que é preciso aprofundar o sindicalismo de resultados, transformando-o em "sindicalismo de compromisso". O próprio nome "compromisso" diz tudo. Quer dizer que os sindicatos se comprometem a defender os capitalistas.

Eis a própria explicação de Paulinho: "Em uma economia globalizada, empresários e trabalhadores precisam se defender conjuntamente, por exemplo, da competição externa. E buscar formas de melhoria da produtividade e qualidade". Destrinchemos essa posição. A economia globalizada nada mais é do que o capitalismo em crise de superprodução, em que os capitalistas e as potências travam a guerra comercial em torno das vendas e dos lucros. O sindicalismo de compromisso pretende que os sindi-

catos apoiem uma fração capitalista contra outra, fazendo com que os explorados entrem na guerra comercial em favor de uns contra os outros. É nesse sentido que Paulinho diz que é preciso defender os capitalistas internos dos externos na luta de concorrência. Ainda é preciso esclarecer que geralmente os grandes sindicatos, como o dos metalúrgicos, têm como patrões internos as próprias multinacionais, assim defenderiam umas contra as outras. Fica claro que este é um sindicalismo pró-imperialista. Tanto é que a Força Sindical defende as privatizações e a entrega de patrimônios nacionais ao capital internacional.

Um outro "compromisso" é o de "buscar melhoria da produtividade e da qualidade". Isto quer dizer que os operários, que dão a vida na produção em troca de um salário que mal dá para comer, ajudariam os capitalistas a aumentarem a produtividade.

O que quer dizer aumentar a produtividade? Quer dizer aumentar a taxa de exploração do trabalho. Quer dizer produzir mais em menor tempo pelo mesmo salário. Aumentar a taxa de exploração (mais-valia) é aumentar a lucratividade. Aumentar a lucratividade é aumentar a concentração de capital, que quer dizer aumentar a pobreza das massas.

Imaginem só os operários brasileiros dando mais produtividade para os capitalistas internos para concorrerem com os operários norte-americanos, coreanos, argentinos etc, que também trabalham para dar mais produtividade aos seus escravizadores! Pois é isso mesmo, o sindicalismo de compromisso faz dos operários bucha de canhão na guerra comercial intercapitalista.

Traduzindo, seu verdadeiro nome seria "sindicalismo pró-capitalista e pró-imperialista, ou seja, o "sindicalismo da servidão assalariada". Combatemos à morte esse sindicalismo vendido à Fiesp e corrompido. Defendemos o sindicalismo luta de classes, em que a classe operária esteja em confronto aberto à exploração do trabalho e que se coloque pela destruição do capitalismo pela revolução proletária. Combatemos a colaboração com a burguesia porque significa aumentar a exploração e a miséria. Defendemos a greve, as ocupações, as manifestações como instrumento de luta contra os exploradores internos e externos.

Metalúrgico: As câmaras setoriais protegem as multinacionais

Diante da intenção do governo de aumentar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Sindicato Metalúrgico do ABC, Sindpeça e Anfavea (montadoras) ameaçaram abandonar a câmara setorial. Está aí o exemplo de colaboração entre capital e trabalho do chamado sindicalismo moderno. O sindicato dos operários é colocado pela burocracia sindical a serviço dos interesses dos exploradores. Neste caso, principalmente, a favor das grandes montadoras de capital multinacional (imperialista).

Lembremos que o governo estadual anterior (Fleury) e o governo federal haviam baixado os impostos sob o argumento de assegurar empregos aos metalúrgicos. O resultado foi que os capitalistas lucraram

mais e os empregos não foram assegurados plenamente. Aumentou-se a produtividade, a produção quase que dobrou e os salários permaneceram baixos, inclusive sendo reduzidos pelo plano Real. Na greve metalúrgica do segundo semestre de 1994, as reivindicações de aumento real não foram atendidas, sendo que no setor de peças nem mesmo as perdas foram totalmente repostas.

O sindicalismo de colaboração de classe anula a capacidade de luta dos sindicatos. Colocá-os na dependência das divisões e interesses do governo e da burguesia. O presidente do sindicato metalúrgico do ABC, ao defender as multinacionais contra o aumento de impostos, não está defendendo os empregos, mas sim a maior lucratividade dos capitalistas. Enquanto as multinacionais e seus associados nacionais enchem os cofres, crescem as favelas do ABCD. O chamado sindicalismo moderno, ou de resultados, nada mais é senão a reprodução da velha política da burocracia sindical corrompida pelo poder econômico.



Operários, fiquem alertos com o canto dos burocratas

A Força Sindical, que dirige o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, junto com o patronato, lançou o movimento pela Fundação Parceria para a Saúde. Trata-se da implantação de um sistema privado de saúde para substituir o sistema público. A colaboração do sindicato metalúrgico com os sindicatos patronais da Fiesp vem no sentido de privatizar totalmente a saúde, reforçando o mercantilismo da doença.

Observem que esta arapuca está de acordo com o objetivo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso. Sabemos

que o sistema público está decadente, por culpa do capitalismo e seus governos. Os empresários se aproveitam disso para fazer uma ofensiva em favor da extinção do INSS.

Nossa resposta deve ser contrária. Defendemos não só o sistema público gratuito, como exigimos que os patrões paguem seus custos e que se exproprie sem indenização todos os grupos particulares da saúde, colocando a saúde sob o controle dos trabalhadores. Essa é a via correta de enfrentar o problema. Abaixo a privatização da saúde!

Greve na Audi

Os operários da Audi em greve ocuparam a fábrica. Estão reivindicando o pagamento dos salários atrasados desde novembro e a segunda parcela do 13º. A ocupação visa impedir que o patrão retire o maquinário da empresa e pressionar o pagamento imediato dos salários.

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo estão propondo a parceria aos credores da Audi. Para isso, querem negociar com o governo o dinheiro necessário para colocar a fábrica em funcionamento.

A ocupação da fábrica é o caminho correto. Porém, a vitória dependerá da quebra do isolamento do movimento. A direção sindical está só preocupada com a parceria, uma forma de gerenciar as empresas falidas no capitalismo. A reivindicação dos operários é o controle operário

da produção. Nada de parceria com os capitalistas. O método de luta tem que ser a greve, ocupação e a unidade com outros trabalhadores.

A Audi já deu muitos lucros para o patrão às custas da superexploração do trabalho. Por isso, há que exigir que pague imediatamente todos os salários atrasados. O trabalho já foi realizado pelos operários e o dinheiro foi parar nas mãos do burguês. Se não é capaz de pagar os míseros salários os trabalhadores devem implantar o controle operário da produção.

A falência da Audi expressa uma tendência geral de quebra de alguns setores industriais. Trata-se de uma imposição do grande capital monopolista estrangeiro e nacional. Por isso, a defesa do emprego depende da luta pelo controle operário da produção.

Ampliam-se os contatos internacionais do POR e do Comitê de Enlace

O jornal Massas, de 15/2, do POR boliviano noticia que o Comitê Internacional de Enlace dos Comunistas enviou-lhe uma carta solicitando troca de materiais e discussão política. Em uma das passagens diz: "...; vemos com extremo interesse não só a experiência do POR boliviano, mas também as posições políticas de seu Comitê de Enlace pela IV Internacional". A correspondência é dirigida da Itália.

No Massas, de 9/2, também se divulga que a corrente "Ofensiva Operária" da Inglaterra "manifestara interesse de conhecer as posições do POR e discutí-las...". A publicação das "Obras Comple-

tas" do dirigente porista Guillermo Lora preenche um vazio para a divulgação das conquistas do trotsquismo boliviano.

As correntes que se reivindicam com propriedade da IV Internacional (Programa de Transição) não podem se furtar em abrir uma discussão francamente crítica e autocrítica com o Comitê de Enlace. A falência do revisionismo, a inconsistência da política centrista da maioria das correntes pseudotrotsquistas e a agudização da crise capitalista exigem uma atitude dessa natureza para se construir o partido mundial da revolução socialista, condição para se superar a crise de direção.

Greve na Zorba

Os operários da fábrica têxtil Zorba realizaram um greve por aumento de salário. A paralisação durou um dia e a mobilização fez com que os patrões concedessem 20% de antecipação salarial.

As condições salariais e de trabalho na Zorba são muito duras. A fábrica não tem refeitório, o que obriga os operários e operárias a carregarem marmita ou, então comerem lanches. Na época de calor a comida estraga com facilidade. O lanche não sustenta e fica muito caro, diz a operária. O salário médio é perto de dois salários mínimos.

Os patrões da Zorba lucram muito. As propagandas na televisão, out-dour etc atestam isso. Porém, os que fabricam os produtos da Zorba estão passando fome, pois com esse mísero salário não é possível pagar aluguel, impostos, comer etc. O preço da força de trabalho (os operários vendem a força de trabalho na fábrica por um salário) deve permitir a reprodução da própria força de trabalho. Daí a necessidade das condições dignas de existência. Quando isso não ocorre, os operários estão sendo aos poucos fisicamente mutilados.

A lição que tiramos da greve é que sem luta não arrancaremos nada dos patrões, pois estes só têm sede de lucro. O pouco que foi conseguido não é suficiente para recuperar as nossas perdas salariais e muito menos viver decentemente. É, por isso, que devemos discutir com os companheiros da fábrica como organizar um movimento geral de todos os têxteis por um piso salarial de 750 reais, reposição de todas as perdas, estabilidade e redução da jornada de trabalho.

Movimento Operário



Internacional

Diante da insuportável opressão imperialista com seus planos neoliberais de entrega do país a um punhado de multinacionais, opor a Frente Única Antiimperialista

Internacional

Sim, é a nação oprimida pelo imperialista que tem de se levantar para impor a libertação nacional e o desenvolvimento global do país. É absurdo supor que o proletariado sozinho pode concretizar a revolução, cumprir as tarefas democráticas e projetá-las para o socialismo.

A Frente Antiimperialista é constituída da maioria oprimida da cidade e do campo, sob a dire-

ção política do proletariado, como condição indispensável.

Nos diferentes países latino-americanos as burguesias, sejam nacionais ou comerciais, seguem a política colonialista e de livre mercado do imperialismo. E quando se opõem aos planos deste, fazem-no pela metade, procurando entender-se com a nação opressora poderosa.

A essa frente – contrária aos interesses nacionais – os revolucionários opõem a Frente Antiimperialista, que é a frente das classes e nações do país oprimido, para poder esmagar a opressão e exploração estrangeiras.

À tática capituladora e entre-

guista do reformismo revisionista, das burocracias sindicais corruptas, opomos a tática frentista revolucionária que busca emancipar o país das cadeias imperialistas e da miséria capitalista.

Trata-se de um dos acordos da última reunião da direção do Comitê de Enlace, realizada em La Paz em fins de dezembro.

(Extraído do Jornal Massas Argentino- nº91- 13/1/95)

(Peça aos militantes da T.POR o Jornal do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

A luta de classes se agrava na Bolívia

A luta de classes se amplia na Bolívia, confirmando as previsões do POR boliviano. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional deve atuar como verdadeiro partido centralizado da revolução socialista mundial. A burguesia, instruída pelo imperialismo, vem preparando as condições para gol-

pear os trotsquistas bolivianos. Somente a luta de massas e a campanha internacional para se quebrar o isolamento político do POR poderão quebrar os preparativos fascistas. Nossos irmãos de luta assinalam o caminho do combate.

Como materializar o objetivo de acabar com o governo?

As massas que vem ganhando as ruas manifestam que pretendem acabar com a política global de Goni (as leis malditas, os impostos, etc). Trata-se de um impulso instintivo.

A tarefa dos revolucionários consiste em assinalar por quais caminhos, seguindo que tática será possível materializar esse objetivo.

A resposta: aprofundar as mobilizações,

incorporar todo o país na luta, organizar nas bases grupos de direção, a fim de neutralizar e ultrapassar a burocracia cobista que está desesperada por capitular perante o governo.

Tudo isso deve se voltar por paralisar todo o país, única maneira de impor nossos objetivos, que são inegociáveis.

(Extraído do Massas boliviano, nº 1447, de 15/02)

Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 4 primeiros volumes, sendo que já temos até o 3º no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

A crise capitalista no Brasil e o fracasso da Frente Popular – Lições das eleições de 1994

Um balanço das eleições no marco do desenvolvimento da crise política e econômica do país.

A crítica ao reformismo e às correntes seguidistas. A defesa do programa revolucionário. A tendência de luta das massas e o crescimento dos votos brancos e nulos.

As causas das guerras internacionais entre os países ou entre governos burgueses.

Grande Desafio do Momento: dar uma resposta revolucionária ao conflito bélico entre Peru e Equador.

O conflito bélico entre as repúblicas do Peru e do Equador coloca-nos o problema da guerra internacional no marco dos países latino-americanos. O que primeiro temos de fazer é considerar suas causas, o que nos leva a ter uma idéia acerca de sua natureza.

Temos de começar por distinguir as guerras entre países burgueses, entre potências imperialistas e as que têm lugar quando os países se levantam contra seus opressores ou contra a metrópole estrangeira que os oprime.

Pelos dados, parece que o conflito bélico (que tem como epicentro uma zona rica em ouro e em urânio) ocorre em torno dos interesses dos governos burgueses respectivos. Sem dúvida, não se pode descartar de todo que esses governos estejam movidos por interesses das potências imperialistas. O que é absurdo e infantil é a afirmação de que essa guerra é devido às incitações dos fabricantes de armas, que agora já não têm mercado devido à queda do estalinismo na URSS. O que não analisam os pretensos "teóricos da guerra" é que esta tem muito a ver com as particularidades do continente latino-americano.

Particularidade da América Latina: excessivo fracionamento em favor do imperialismo e o fato de que a prosperidade de um país se obtenha às custas dos vizinhos.

O continente latino-americano se desenvolve no marco da opressão imperialista, particularmente da norte-americana. Necessariamente tem de referir-se ao fato de que não pôde se materializar uma das idéias centrais das tendências burguesas progressistas de sua época, encarnadas em Bolívar e outros caudilhos, que lutaram pela independência do continente da opressão espanhola. As correntes localistas e retardatárias, particularmente dos elementos da aristocracia latifundiária, derrotaram a idéia da unidade latino-americana, como requisito que pudesse garantir a soberania nacional e a independência do continente frente às potências estrangeiras. O desenvolvimento histórico do continente, que frustrou o objetivo

democrático burguês da unidade continental, determinou que este passasse às mãos do proletariado.

O fracionamento do continente em várias repúblicas favorece às potências imperialistas, porque as facilita oprimir as débeis nações latino-americanas. EEUU, por exemplo, ditam a política diplomática das repúblicas latino-americanas e às vezes as joga umas contra outras, buscando potenciar a si mesmo.

O domínio das matérias primas e também do mercado gera a concorrência e a luta econômica entre as metrópoles do capital financeiro, que podem se transformarr em guerra bélica.

Há um outro fato que é consequência do fracionamento do continente: a prosperidade de um país se coloca às custas do atraso dos vizinhos. Ao imperialismo não interessa o desenvolvimento global das diferentes regiões do continente, sem mantê-las em situação de prostração e subjugamento.

A resposta revolucionária ao problema: a luta pelos Estados Socialistas da América Latina.

Não pode haver a menor dúvida de que a política do proletariado tem de encaminhar-se para a unidade do continente e para alcançar a cooperação e desenvolvimento harmônico de suas diferentes regiões. A revolução proletária (necessariamente estourará em um país antes que nos demais), para se consolidar, precisa do apoio do proletariado dos outros países e, principalmente, do continente americano. Tudo isso (consolidação da revolução) somente poderá se dar nos marcos dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Colmena, nº 1174, janeiro 95 Guillermo Lora

Internacional



Operários e camponeses devem se unir contra as burguesias

A guerra entre Peru e Equador, países semicoloniais atrasados e em desagregação, é uma manifestação das tendências à barbárie do capitalismo internacional. A estratégia para combatê-la é a revolução proletária, ou seja, dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. As armas deverão se voltar contra os governos burgueses. Os operários e camponeses – a maioria oprimida da nação – deverão se unir contra a burguesia semicolonial incapaz de se confrontar com a opressão nacional das potências e contra o imperialismo. Está claro que o Peru expropriou à força parte do território equatoriano. O acordo do Rio de Janeiro se deu sob condições de capitulação do Equador derrotado e sob o patrocínio do imperialismo norte-americano, com a conivência do Brasil e Argentina. O problema é que não poderá haver solução para a disputa pelas

riquezas sem o consentimento do imperialismo. Este se aproveitará da guerra para penetrar ainda mais em ambos os países oprimidos. A bandeira revolucionária é a da unidade da maioria oprimida contra o imperialismo e suas burguesias decadentes. Somente assim cessará a luta fronteiriça, se porá fim ao acordo totalitário do Rio de Janeiro e estabelecerá a cooperação necessária para vencer o atraso. Pelo fim imediato da guerra! Que as armas se voltem contra a opressão imperialista e a burguesia semicolonial apodrecida! Pela unidade operária e camponesa! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Operários e demais trabalhadores, defendamos o EZLT contra o totalitarismo do fantoche Zedillo

Os banqueiros norte-americanos exigiram repressão ao Exército Zapatista de Libertação Nacional. Um dos diretores do Chase Manhattan Bank, Riordan Roett, teve a ousadia de tornar pública a pressão dos banqueiros sobre o governo fantoche do México para liquidar a guerrilha zapatista. Acatando as ordens dos Estados Unidos, o presidente Ernesto Zedillo enviou o exército para capturar os líderes da revolta de Chiapas.

Em contraposição, começaram a ocorrer manifestações de massa. Receoso da agudização da luta de classes, nas condições de nova ofensiva contra os trabalhadores, exigida pela desintegração econômico-financeira do país,

o governo recuou, procurando a via da colaboração negociada com o EZLN. As forças burguesas e o próprio imperialismo sabe que os zapatistas não passam de radicais nacionalistas democratizantes, como revelam suas exigências de eleições limpas, reformas agrárias limitadas e sua estratégia de preservação de um capitalismo nacional.

O problema está em que instintivamente as massas tendem a radicalizar em suas reivindicações, rompendo com a camisa de força do aparelho sindical corrompido pelo PRI. A revolta camponesa de Chiapas, apesar do programa reformista do EZLN, assumiu características revolucionárias, ao impunhar as armas e expressar profundas aspirações das massas pobres e das nacionalidades índias oprimidas.

O aprofundamento da luta camponesa e despertar do movimento operário está em curso. O governo, metido numa monumental crise econômica e de regime político, caminha para a fascitização, que poderá se acelerar caso não consiga desarmar os camponeses através da capitulação política do EZLN. A política internacionalista do proletariado se coloca frontalmente contra a repressão militar ao EZLN e trabalha para que a classe operária tome a iniciativa para estabelecer uma



População de Chiapas foge de ataques do exército, a mando do imperialismo.

sólida aliança com os camponeses oprimidos. Abaixo o governo antinacional da burguesia mexicana! Fora o imperialismo sangue-suga! Pela revolução e ditadura proletárias!

Crise econômica não dá sinais de recuar

A crise econômica mexicana continua. O peso caiu 8% num único dia, e elevou a dívida interna do governo ainda mais. Desde o início da crise, a dívida cresceu de 121,84 bilhões de pesos para 164,66 bilhões. Os títulos governamentais são cotados em dólar e a cada desvalorização do peso ela cresce mais e agrava a crise.

A aplicação do plano neoliberal no México fez com que passasse a importar, em cinco anos, seis vezes mais dos americanos. De 12 bilhões de dólares em 1989, passou a 75 bilhões em 1993. Os outros países da América Latina estão num processo de crescimento das importações, na mesma direção do México. A crise põe em risco um mercado de centenas de bilhões de dólares, que está nas mãos dos capitalistas americanos. Assim se explica o grande interesse do governo Clinton em conter a crise mexicana.

O montante de dinheiro levantado para garantir os investimentos estrangeiros no México já passam dos 60 bilhões de dólares. Mas nada indica que a crise vai acabar.

Para os oprimidos operários, camponeses, estudantes etc. de lá e daqui é preciso responder à opressão nacional com a luta nacional de massa, antiimperialista e anticapitalista.